

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01.2025 – VÁRIOS CARGOS

SUPERIOR COMPLETO – MANHÃ

CARGOS

**301 – ASSISTENTE SOCIAL, 302 – ENFERMEIRO PSF, 303 – ENGENHEIRO CIVIL,
304 – FARMACÊUTICO, 305 – FISIOTERAPEUTA, 306 – FONOAUDIÓLOGO,
307 – MÉDICO VETERINÁRIO, 308 – PSICÓLOGO, 309 – PSICOPEDAGOGO,
310 – TÉCNICO DESPORTIVO E 311 – TERAPEUTA OCUPACIONAL**

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta aos recursos interpostos em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 1

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está incorreta porque o texto afirma que outros fatores, como a genética, também contribuem para a longevidade (1º parágrafo).

A alternativa “B” está incorreta, pois o texto afirma que a longevidade do ator em tela se deve a seu otimismo, e não pelo fato de ele realizar, profissionalmente, aquilo que lhe dá prazer. (1º parágrafo).

A alternativa “C” está incorreta, pois em nenhum momento o texto associa a longevidade à etnia.

A alternativa “D” é a única correta, pois indivíduos que empregam técnicas de relaxamento, a fim de lidar melhor com a raiva, tendem a ter uma vida mais longa. (4º parágrafo).

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 2

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é a única correta porque o termo “arquiteta” foi utilizado com o sentido figurado.

As demais alternativas estão incorretas, pois elas não empregam palavra com sentido figurado.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 5

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “A”, mas sem fundamentação normativa, visto que enquanto o verbo “seja” foi conjugado no modo imperativo, o verbo “corresse” foi conjugado no modo subjuntivo.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 6

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está incorreta porque o pronome oblíquo “lhe” não substitui objeto direto.

A alternativa “B” é a única correta, pois o pronome oblíquo “no” substitui objeto direto em verbos nasalados.

A alternativa “C” está incorreta, pois o pronome “la” só serve de objeto direto a verbos terminados com as letras “r”, “s” ou “z”.

A alternativa “D” está incorreta pelas mesmas razões da alternativa “A”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 7

O recurso é improcedente, pois o candidato pede anulação da questão por não possuir alternativa correta, o conteúdo não estar previsto no edital e haver mais de uma alternativa correta. Porém, suas reivindicações não procedem.

A regência verbo-nominal está prevista no edital do certame e a única alternativa correta é a “D”, visto que obedece às normas de regência.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 8

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “C”, mas sem fundamentação normativa. Os advérbios “especialmente” e “mais” são classificados, respectivamente, como de modo e intensidade, e não de intensidade e afirmação, como postula o candidato.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



**insti+uto
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 12

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo uma tabela com cada um dos termos, até chegar ao 14º.

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º
5832	1944	648	216	72	24	8	$\frac{8}{3}$	$\frac{8}{9}$	$\frac{8}{27}$	$\frac{8}{81}$	$\frac{8}{243}$	$\frac{8}{729}$	$\frac{8}{2187}$

Somando o 13º com o 14º tem-se: $\frac{8}{729} + \frac{8}{2187} = \frac{24+8}{2187} = \frac{32}{2187}$ alternativa única, correta e igual ao gabarito.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 18

O recurso é improcedente, pois o comando da questão não pede a literalidade da lei, e deixaria claro se assim o fizesse, com expressões como “em estrito acordo”. De sorte que, desde que as afirmações não se excluam logicamente nem sugiram aberrações na aplicação da lei, não há que se falar em erro na alternativa (B). Isso porque afirmar que a publicação dos atos oficiais, como foi feito na alternativa, em jornal regional editado no município mais próximo, com circulação local, é de fato o último recurso apontado pela lei, e não mencionar as condições para fazer uso desse recurso não invalida essa afirmação. Diferente seria se se sugerisse não existirem condições ou que estas fossem diversas das impostas por lei.

A alternativa “A” está incorreta, pois afirma que as publicações de atos oficiais se darão obrigatoriamente pela imprensa oficial do Estado, quando, na verdade, a lei estabelece que se dará pela imprensa oficial do Município.

Importante destacar que as questões foram elaboradas de acordo com a legislação atualizada, que segue abaixo para cotejo. De acordo com a LOM alterada em 2009:

Art. 159 – A publicação das leis e atos municipais será feita pelo Diário Oficial do Município.

§ 1º - Inexistindo o Diário Oficial do Município, as publicações de que trata este artigo serão feitas em jornal local e, na sua inexistência, em jornal regional editado no município mais próximo, com circulação local.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação,

§ 4º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser feita por licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 5º - O órgão de imprensa a que se refere o parágrafo anterior será considerado o veículo oficial de divulgação dos atos editados pela Prefeitura.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 19

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” está incorreta, conforme o artigo 107, § 1º, do Estatuto, não condiciona o recebimento do décimo terceiro salário ao valor da remuneração recebida pelo servidor.

A alternativa “B” está incorreta, pois, de acordo com o artigo 107, § 2º, do Estatuto, o valor de 1/12 considera o valor da remuneração devida em dezembro do mês correspondente, e não janeiro como diz a alternativa.

A alternativa “C” está incorreta, pois ao contrário do que nela se afirma, as vantagens de natureza permanente presentes no artigo 119 do Estatuto ficam incluídas, conforme se afirma no § 4º do artigo 107.

A única alternativa correta é a “D”, pois reproduz fielmente o que se afirma no artigo 107 § 3º do Estatuto.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 20

O recurso é improcedente, pois a questão versa o adicional de trabalho noturno, conforme disciplinado pelo artigo 112 do Estatuto, *in verbis*:



**insti+uto
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

“O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora apurado sobre o vencimento e acrescido de mais vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o previsto no § 2º do artigo 110”.

Analisando cada alternativa de acordo com o disposto no artigo, conclui-se que: a alternativa “B” está incorreta, pois afirma ser de 20% o acréscimo, quando a lei fala em 25%; a alternativa “C” está incorreta, pois afirma que o acréscimo incide sobre horas ordinárias e extraordinárias da mesma forma, o que contraria o parágrafo único do artigo citado; a alternativa “D” está incorreta, pois afirma que a hora noturna possui 50 minutos, quando o artigo 112 afirma ser de 52 min 30 seg.

Logo, a única alternativa correta é a “A”, pois reproduz fielmente a primeira parte do caput do artigo.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

301 – ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois a proposição I é incorreta porque apresenta posicionamento em favor da **igualdade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, sendo que o texto do Código de Ética aduz que “Posicionamento em favor da **equidade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

A proposição II é correta porque o Código de Ética do(a) Assistente Social apresenta tal texto, à página 23: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

A proposição III é correta porque o Código de Ética do(a) Assistente Social apresenta tal texto, à página 23: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”.

A proposição IV é correta porque o Código de Ética do(a) Assistente Social apresenta tal texto, à página 24: “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilham dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”.

Fonte: BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. 10. ed. Brasília: CFESS, 2011.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois o atual contexto social e político brasileiro de ataques e retrocessos no que diz respeito à efetiva participação da população na formulação das políticas sociais e no controle das suas ações em todos os níveis têm sido fator de fragilização do controle democrático, necessitando que o controle social se fortaleça e faça frente para defesa do SUAS na disputa com o poder público estatal pelos direitos sociais. (p.5).

Fonte: SALES, Ana Carolyna Ribeiro; SANTOS, Vera Núbia; GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Benefícios eventuais na realidade brasileira: o convívio da benesse com o direito. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 28, e107726, 2025. ISSN 1982-0259.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois, no Brasil, a Reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos Documentos de Araxá e de Teresópolis, com traços de funcionalidade com o regime autocrático (NETTO, 1991). (p.137).

Fonte: BATISTONI, Maria Rosângela. O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964–1980). *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 33

O recurso é improcedente, pois não há contrassenso de que o Serviço Social é uma profissão que está profundamente relacionada à dinâmica societária, como apresenta Iamamoto (2017, p. 21): “A história da sociedade é o terreno privilegiado para apreender as particularidades do Serviço Social”. A profissão, nesse sentido, é “um produto sócio-histórico”, que “adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão” (Iamamoto, 2017, p. 21). Assim, esse movimento implica reconhecer que a profissão se institucionaliza e se profissionaliza a partir de uma constituição histórica do Brasil fundado e edificado, entre outras determinações, pela lógica do racismo.

Fonte: IAMAMOTO, M. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serviço Social & Sociedade* [on-line], São Paulo: Cortez, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

303 – ENGENHEIRO CIVIL

QUESTÃO 22

O recurso é improcedente, pois a proposição III **não** afirma que as aduelas devem ser executadas ..., mas sim, que as aduelas devem ser instaladas ...

Conhecendo o assunto, o candidato poderia perceber, pelo desenho, que tais aduelas são pré-fabricadas e que, por isso mesmo podem ser executadas em qualquer ordem e em qualquer quantidade, desde que cada uma esteja pronta no momento em que precisa ser transportada e instalada.

Sob o rigor lógico e teórico esperado em avaliações técnicas, **ou não**, 1 (um) é a quantidade mínima de aduelas pré-fabricadas que é possível instalar, ou seja, não é possível instalar meia aduela, ou três quartos de aduela. Sendo assim, não há nenhuma imprecisão terminológica na afirmação “sempre mantendo uma diferença mínima de aduelas para cada lado do pilar”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 23

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 23, anulando-a.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois o valor do volume útil necessário para reter 25 mm, ou 0,025 m de altura pluviométrica precipitados sobre uma área de 800 m² é de 20 m³.

Dentre as alternativas apresentadas, as dimensões da alternativa “C” conduzem a um volume de, exatamente, 20 m³.

“Perdas/volume morto (bordo livre, lodo etc.)” são considerações importantes para grandes represas, por exemplo destinadas ao abastecimento de água tratada para populações urbanas, mas não se aplicam a um tanque de retenção de águas pluviais, de propriedade e uso particular. Construir um tanque desse tipo com um volume útil cerca 23,8% maior do que o necessário, apenas a título de folga, não é uma decisão adequada de engenharia.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois como o enunciado informa, o valor da carga sobre cada viga pode ser considerado igual ao valor da área da respectiva charneira, multiplicado pelo valor da carga sobre a laje e dividido pela extensão da viga.

O valor da área do trapézio, correspondente à charneira plástica da viva V1 é
 $A_1 = (5,60 \text{ m} + 1,60 \text{ m}) \times 2,00 \text{ m} / 2 = 7,20 \text{ m}^2$.

O valor da carga total sobre tal charneira será $20 \text{ kN/m}^2 \times 7,20 \text{ m}^2 = 144 \text{ kN}$.

Como a viga V1 tem 5,60 m de extensão, o valor da carga distribuída sobre ela será
 $p_1 = 144 \text{ kN} / 5,60 \text{ m} = 25,72 \text{ kN/m}$

O valor da área do triângulo, correspondente à charneira plástica da viva V3 é
 $A_3 = 4,00 \text{ m} \times 2,00 \text{ m} / 2 = 4,00 \text{ m}^2$.

O valor da carga total sobre tal charneira será $20 \text{ kN/m}^2 \times 4,00 \text{ m}^2 = 80 \text{ kN}$.

Como a viga V3 tem 4,00 m de extensão, o valor da carga distribuída sobre ela será
 $p_3 = 80 \text{ kN} / 4,00 \text{ m} = 20,00 \text{ kN/m}$

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois a proposição II é incorreta porque nas proximidades do furo de sondagem SP 05, na cota de nível 99, o solo não é constituído de silte argiloso, mas de aterro com entulho, onde jamais se pode apoiar uma sapata para fundação.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a proposição III **não** afirma “que os coletores devem começar em ralos sifonados”, mas que “os coletores de água servida dos chuveiros **podem** ser conectados nos coletores dos vasos sanitários, mas devem começar em ralos sifonados”. Como é de conhecimento geral, os dispositivos de coleta de águas servidas de chuveiros, disponíveis no mercado, podem ser ralos secos, ralos sifonados ou caixas sifonadas. Por sinal, a instalação mais usual, na prática, é instalar ralo sifonado no piso do chuveiro e conduzir essas águas para uma caixa sifonada, onde se reúnem as águas provenientes dos lavatórios e, eventualmente, do bidê. Dessa caixa sifonada as águas seguem por um tubo único para o coletor do vaso sanitário.

Com relação à proposição I, é correto o que nela se afirma, pois o valor da pressão é igual ao valor da carga dinâmica multiplicado pelo valor do peso específico da água e o valor da carga dinâmica é igual ao valor da carga estática menos o valor das perdas de carga até o ponto de saída de cada chuveiro. Se os chuveiros fossem abastecidos em primeiro lugar, teríamos menos perdas de carga, tanto distribuídas, porque o percurso seria menor, quando perdas localizadas, pois teríamos menos singularidades no percurso.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 37

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 37, anulando-a.

304 – FARMACÊUTICO

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois a classificação do *Mycobacterium tuberculosis* como BAAR refere-se apenas à sua resistência ao processo de descoloração na técnica de Ziehl-Neelsen, não significando resistência aos álcoois como agentes desinfetantes.

Do ponto de vista microbiológico, os álcoois, especialmente a 70%, possuem ação micobactericida, sendo eficazes contra micobactérias, incluindo o bacilo da tuberculose.

Assim, a denominação BAAR não invalida a alternativa “C”, que permanece correta, por estar de acordo com a literatura técnico-científica.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

305 – FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com a obra “Aspetar Clinical Practice Guideline on Rehabilitation after ACL Reconstruction (2025) – diretrizes clínicas baseadas em evidências atuais para fisioterapia no pós-operatório de LCA”, que destaca a importância da mobilização precoce, restauração da amplitude de movimento e progressão adequada das cargas de treino após reconstrução ligamentar.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com as bibliografias abaixo, e as informações da questão estão corretas.

GOLD – Global Strategy for the Diagnosis, Management, and Prevention of COPD. Atualização mais recente. VITACCA, M. et al. Noninvasive Ventilation in Chronic Obstructive Pulmonary Disease. European Respiratory Journal. BRITTO, R. R.; PARREIRA, V. F. Fisioterapia Respiratória Moderna. Manole. WEST, J. B. Fisiologia Respiratória – Bases Fisiológicas da Prática Clínica.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

307 – MÉDICO VETERINÁRIO

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada na forma de proposições Falsas ou Verdadeiras, sendo assim, a única alternativa que atende ao comando da questão é a “D”, em que claramente as afirmações Falsas não são procedentes de acordo com o RIISPOA e boas práticas de abate.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 22

O recurso é improcedente, pois animais sinantrópicos são animais silvestres ou exóticos que precisam se adaptar para viver em conjunto com o ser humano. O cavalo é considerado um animal doméstico e não uma espécie que se adaptou a viver junto ao ser humano por conta própria (sinantropia).

Fonte: <https://museuescola.ibb.unesp.br/subtopico.php?id=2&pag=5&num=1>;
<https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/animais-sinantropicos-saiba-quais-sao-os-principais-e-as-doencas-que-transmitem>; <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/fauna/>

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois a única alternativa correta é a “B” (II e IV, apenas). Ambos os dados estão inclusos na obra pedagógica de medicina veterinária: FOSSUM, Theresa Welch. Cirurgia de pequenos animais. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

O dado da questão sobre % de neoplasias é invertido à espécie. Em rotina clínica e em dados bibliográficos, é comumente visto maior incidência de neoplasia hepática em cães. Os tumores hepatobiliares mais comuns em gatos são os de ductos biliares. E existem relatos de **adenomas** hepatocelulares frequentemente na espécie felina (neoplasia benigna).

Fonte: <https://vetster.com/en/conditions/cat/liver-tumors-and-cancer#:~:text=Risk%20factors,in%20cats%20and%20is%20malignant>;
<https://veterinarypartner.vin.com/default.aspx?pid=19239&catId=254061&id=4952830#:~:text=Bile%20Duct%20Tumors,Mesenchymal%20Tumors>

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, conforme bula do produto CAPROFYL, que segue abaixo e afirma: sutura cirúrgica monofilamentar. Link para cotejo:

<https://consultas.anvisa.gov.br/api/consulta/produtos/253510291200086/anexo/T12503128/nomeArquivo/10132590609+-+IFU.pdf?Authorization=Guest>

CAPROFYL™
FIO DE SUTURA

DESCRIÇÃO

O CAPROFYL™ é uma sutura cirúrgica monofilamentar, sintética, estéril, absorvível, composta de um copolímero de Glicolida e Epsilon-Caprolactona. O copolímero poliglecaprone 25 é considerado não-antigênico e aprotogênico, e desencadeia apenas uma leve reação tecidual durante a absorção. Esse fio de sutura é fornecido na versão tingida (violeta).

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois o sinal clínico de membros **torácicos espásticos** são sinais clínicos clássicos de lesões de região cervical em cães.

SEGMENTO ESPINHAL C1-C5	
FUNÇÃO	SINAIS CLÍNICO-NEUROLÓGICOS
Estado Mental	Inalterado
Nervos cranianos	Síndrome de horner ipsilateral pode ocorrer
Postura/Marcha	Ataxia proprioceptiva, hipermetria de NMS (aumento da extensão das passadas) para os quatro membros, tetraparesia/plegia espástica ou hemiparesia/plegia espástica
Reações Posturais	Déficits nos quatro membros ou nos membros ipsilaterais à lesão
Reflexos espinhais e tônus muscular	Normais a aumentados
Outros achados	Retenção urinária, dificuldade respiratório em animais tetraplégicos

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois o conhecimento de localização de órgãos faz parte do estudo e conteúdo sobre clínica cirúrgica de pequenos animais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois a questão exigia conhecimento sobre a origem e a função da eritropoetina.

Outras alternativas não possuíam um órgão correto onde há produção de eritropoetina, sendo a única alternativa correta a “C”. Informação básica de fisiologia animal que um médico veterinário deve saber.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois o conhecimento de localização de órgãos faz parte do estudo e conteúdo sobre clínica cirúrgica de pequenos animais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 35

O recurso é improcedente, pois a questão versa sobre a análise de proposições, em que o candidato deveria identificar quais eram Falsas e quais eram Verdadeiras. A primeira proposição está claramente incorreta, pois as bactérias do gênero *Leptospira* não são muito resistentes no ambiente. Na verdade, são microrganismos relativamente sensíveis às condições ambientais. Embora temperaturas acima de 60 °C realmente as inativem, não é necessário atingir essa temperatura para eliminá-las. Elas são sensíveis à dessecação (ressecamento); sensíveis à luz solar (radiação UV); inativadas por desinfetantes comuns (como hipoclorito de sódio); destruídas por sabão e detergentes; e eliminadas por temperaturas moderadamente elevadas e fervura. As leptospiros sobrevivem melhor em ambientes úmidos, sombreados e com pH neutro ou levemente alcalino, especialmente em água ou solo úmido. Fora dessas condições, sua sobrevivência é limitada. Portanto, é incorreto afirmar que são “muito resistentes” ou que só podem ser eliminadas acima de 60 °C. Elas apresentam resistência ambiental moderada e bastante dependente das condições do meio. A última proposição, por sua vez, também é falsa, pois a leptospirose sofre forte influência ambiental e sazonal, não ocorrendo de forma totalmente uniforme ao longo do ano. Como dito

anteriormente, a doença é causada por bactérias do gênero *Leptospira*, que sobrevivem melhor em ambientes úmidos, alagados e com temperaturas mais elevadas. Por isso, a ocorrência da doença está diretamente relacionada a fatores ambientais como chuvas intensas; enchentes e alagamentos; acúmulo de lixo e presença de roedores; e saneamento básico inadequado. No Brasil e em outros países tropicais, os casos aumentam significativamente nos períodos chuvosos, especialmente no verão, quando há maior ocorrência de enchentes. Isso demonstra clara sazonalidade da doença. Embora casos possam ocorrer ao longo de todo o ano, a incidência não é independente do ambiente. Pelo contrário, fatores climáticos e condições sanitárias exercem papel fundamental na transmissão. Portanto, é incorreto afirmar que não há interferência ambiental ou sazonal na ocorrência da leptospirose. Desse modo, como é possível verificar, claramente a primeira e a última proposições são Falsas, sendo a alternativa “B” (F / V / V / F) a única correta.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 39

O recurso é improcedente, pois o conhecimento de localização de órgãos faz parte do estudo e conteúdo sobre clínica cirúrgica de pequenos animais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois, de acordo com Oncologia em Cães e Gatos 2016 – Desconhecido (2). E PAPER READ DOWNLOAD e PAPER. TAGS a hipopotassemia ocorre e gera alterações arritmicas.

Além da pouca eliminação de ácido úrico e fosfatos, grande quantidade de potássio é liberada pelas células tumorais e também pouco excretada pelos rins. A hiperfosfatemia, a hipocalcemia secundária e a hipopotassemia podem produzir

manifestações eletrocardiográficas, como câmbios leves nas ondas T e P, prolongação do intervalo QT e arritmias ventriculares graves.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

308 – PSICOLÓGO

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois Freud concebeu o desenvolvimento da personalidade a partir do conceito de libido, que é um conceito biológico e significa a energia que está à disposição dos impulsos de vida ou sexuais”.

A primeira assertiva foi elaborada com base na obra de D’Andrea, Desenvolvimento da Personalidade: enfoque psicodinâmico (14ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000), na qual o autor afirma explicitamente que “a libido é a energia que se encontra à disposição dos impulsos de vida ou sexuais” (D’ANDREA, 2000, p. 26). Trata-se de formulação clara, direta e compatível com a tradição metapsicológica freudiana. O autor insere o conceito no contexto do desenvolvimento da personalidade, enfatizando seu caráter energético vinculado às pulsões vitais, cuja base é orgânica.

O argumento apresentado no recurso sustenta que a libido não poderia ser considerada conceito biológico, pois Freud a teria concebido como energia psíquica, especialmente a partir de “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), “Introdução ao Narcisismo” (1914) e “Além do Princípio do Prazer” (1920). Entretanto, tal argumentação parte de uma falsa oposição entre biológico e psíquico que não se sustenta na teoria freudiana. Freud define a pulsão como conceito fronteiro entre o somático e o psíquico. Essa definição aparece de maneira sistemática em sua metapsicologia, particularmente em “As pulsões e seus destinos” (1915), ao caracterizar a pulsão como um representante psíquico de estímulos provenientes do interior do corpo.

A fonte da pulsão é somática, sua representação e seus destinos são psíquicos. Portanto, desde sua formulação estrutural, a teoria freudiana não estabelece uma dicotomia excludente entre biológico e psíquico, mas uma articulação dinâmica entre ambos. O próprio Laplanche e Pontalis, autores citados no recurso, afirmam no verbete “Pulsão” que esta é “um conceito situado na fronteira entre o psíquico e o somático” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 394).

No verbete “Libido”, definem-na como “manifestação dinâmica na vida psíquica da pulsão sexual” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 266). Ora, se a pulsão é conceito-limite entre o somático e o psíquico, e a libido constitui sua energia, não há como excluir seu fundamento biológico. A libido manifesta-se na vida psíquica, mas sua origem encontra-se na base pulsional, cuja fonte é corporal. Assim, a definição apresentada na questão não contradiz a concepção desses autores; ao contrário, é compatível com ela. Em Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905), Freud descreve as zonas erógenas e o apoio da sexualidade nas funções vitais, evidenciando que a sexualidade infantil possui enraizamento nas excitações corporais.

Em Introdução ao Narcisismo (1914), ao diferenciar libido do ego e libido objetual, Freud não redefine o conceito como exclusivamente psíquico, mas descreve seus investimentos e deslocamentos no interior da economia libidinal. Em Além do Princípio do Prazer (1920), ao distinguir Eros e pulsão de morte, reafirma que a libido é a energia das pulsões de vida, inserindo-a no modelo econômico da metapsicologia. Em nenhum desses textos há abandono do fundamento pulsional somático, há ampliação do modelo explicativo. Zimerman (1999), também citado no recurso, ao abordar os fundamentos psicanalíticos, refere-se à libido como energia psíquica das pulsões, enfatizando sua dimensão metapsicológica (econômica, dinâmica e tópica). Contudo, em nenhum momento sustenta que tal energia seja desvinculada da teoria das pulsões ou que não possua base orgânica. A dimensão metapsicológica não elimina o fundamento biológico, ela o integra numa perspectiva teórica mais abrangente.

A assertiva da questão não afirma que a libido seja “meramente” ou “exclusivamente” biológica. Afirma que é um conceito biológico no sentido de constituir energia dos impulsos de vida ou sexuais, conforme explicitado por D’Andrea (2000, p. 26). Essa formulação é tecnicamente defensável, encontra respaldo bibliográfico e é coerente com a metapsicologia freudiana. A interpretação apresentada no recurso constrói

uma oposição que não está presente na teoria nem na redação da questão. Portanto, não se verifica erro conceitual.

O que se observa é uma leitura parcial que desconsidera a articulação entre soma e psique própria da teoria das pulsões. A libido, na psicanálise freudiana, é simultaneamente energia das pulsões de vida, conceito econômico e manifestação dinâmica na vida psíquica, ou seja, dimensões que não se excluem. Diante do exposto, considerando a fundamentação em D'Andrea (2000, p. 26), a compatibilidade com Laplanche e Pontalis (2001, p. 266, p. 394), bem como com os textos freudianos de 1905, 1914 e 1920, conclui-se que a assertiva está correta sob o ponto de vista técnico-científico.

Fonte: D'ANDREA, Flavio Fortes. Desenvolvimento da Personalidade: enfoque psicodinâmico. 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. Vocabulário da psicanálise. Tradução de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 266, p. 394. FREUD, S. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade (1905). FREUD, S. Introdução ao Narcisismo (1914). FREUD, S. Além do Princípio do Prazer (1920). ZIMERMAN, D. E. Fundamentos Psicanalíticos. 1999.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois o candidato sustenta que a alternativa “B” seria a correta por reproduzir o § 2º do artigo 3º do Estatuto da Pessoa Idosa, incluído pela Lei n.º 13.466/2017, argumentando que tal dispositivo expressaria, de forma literal, a garantia de prioridade prevista na legislação. Contudo, a argumentação não procede, pois o enunciado da questão solicita identificar o que está compreendido na garantia de prioridade, conforme a Lei n.º 10.741/2003.

O conceito de garantia de prioridade encontra-se disciplinado no artigo 3º do Estatuto, que estabelece: “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, Lei n.º 10.741/2003, art. 3º, caput).

O § 1º do referido artigo explicita o que compreende essa garantia de prioridade, enumerando medidas concretas que a materializam. Entre elas, encontra-se: “I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa; IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações; V – priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência; VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.” (BRASIL, Lei n.º 10.741/2003, artigo 3º, § 1º, VII).

Observa-se que a alternativa “A” da questão corresponde literalmente ao inciso VII do § 1º do artigo 3º, o qual integra expressamente o rol normativo que define o conteúdo da garantia de prioridade. Portanto, trata-se de hipótese legal direta e textual de medida compreendida na garantia de prioridade.

O argumento recursal sustenta que a alternativa “A” não envolveria atendimento preferencial ou precedência. Entretanto, o legislador não restringiu o conceito de garantia de prioridade a atendimento preferencial em sentido estrito. O próprio § 1º demonstra que a garantia de prioridade é conceito jurídico amplo, que abrange medidas estruturais, políticas públicas, destinação de recursos e ações educativas. Logo, não procede a interpretação restritiva proposta no recurso.

Quanto à alternativa “B”, importa esclarecer que ela está incorreta porque reproduz texto legal desatualizado. O art. 3º, § 2º, com redação dada pela Lei n.º 13.466/2017, dispõe: “Dentre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.” (BRASIL, Lei n.º 10.741/2003, artigo 3º, § 2º, com redação dada pela Lei n.º 13.466/2017).

A alternativa “B” menciona 85 (oitenta e cinco) anos, enquanto a legislação vigente estabelece 80 (oitenta) anos. Trata-se de erro objetivo de conteúdo normativo, o que torna a alternativa materialmente incorreta. Não há, portanto, incompatibilidade da alternativa “A” com o conceito jurídico de garantia de prioridade. Ao contrário, ela corresponde exatamente a dispositivo legal que integra expressamente o rol do artigo 3º, § 1º. Já a alternativa “B” incorre em erro literal quanto à idade prevista na legislação vigente. Diante disso, conclui-se que a alternativa “A” encontra respaldo literal no art. 3º, § 1º, VII, da Lei nº 10.741/2003. A alternativa “B” está incorreta por apresentar idade diversa daquela prevista no artigo 3º, § 2º, com redação dada pela Lei n.º 13.466/2017. Não há ambiguidade nem duplicidade de respostas corretas.

Fonte: BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Diário Oficial da União.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base no livro COLL, C., PALÁCIOS, J., MARCHESI, A. (orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva. Vol. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, especificamente na página 153, na qual os autores apresentam um quadro sintético relacionando idade, experiência social e desenvolvimento cognitivo.

A única alternativa correta é a “B” (2 / 1 / 5 / 3 / 4), que corresponde exatamente à organização proposta na referida obra.

Na p. 153, os autores associam: dos dois primeiros anos de vida = inteligência sensório-motora e progressivo acesso à convencionalidade, dos 2 aos 4 anos = imitação e jogo simbólico, dos 4 aos 7 anos = manipulação simbólica e reflexão em crescente diversidade de contextos, dos 7 aos 12 anos = descentração, mediação e autorregulação nas interações com os iguais, Adolescência à idade adulta = pensamento lógico-indutivo e reversibilidade em níveis mais complexos. O recurso sustenta incompatibilidade com Piaget e Vygotsky. Entretanto, essa alegação decorre de leitura excessivamente rígida e descontextualizada. Em Piaget (1964), A formação do símbolo na criança, demonstra-se que, ao final do período sensório-motor (por volta de 18–24 meses), já emergem formas iniciais de representação e imitação diferida (cf. edição brasileira, cap. VI). Isso fundamenta a transição para a convencionalidade social.

O acesso à convencionalidade não significa domínio pleno de regras sociais, mas início da coordenação entre ação e significação compartilhada, como também indicado em Piaget: “Seis estudos de psicologia” (1970) ao tratar da passagem do sensório-motor ao pré-operatório. Quanto ao pensamento lógico-indutivo e à reversibilidade, Piaget situa a reversibilidade nas operações concretas (a partir dos 7 anos) (PIAGET, 1970). No entanto, Coll, Palácios e Marchesi organizam o quadro evolutivo considerando continuidade e consolidação dessas estruturas ao longo do desenvolvimento, especialmente na adolescência, quando o raciocínio formal amplia e integra operações anteriores. Não há erro conceitual, mas síntese evolutiva. Em relação a Vygotsky, conceitos como mediação e autorregulação são progressivos e se consolidam nas interações sociais, especialmente na idade escolar, conforme discutido em VYGOTSKY, L. S. “A formação social da mente” (1991), quando trata da internalização e da regulação do comportamento (cap. 4 e 6). A associação feita na questão segue essa perspectiva desenvolvimental, não configurando restrição indevida. Importa destacar que a questão não solicitou reprodução literal da teoria piagetiana clássica isoladamente, mas a correspondência conforme o quadro apresentado na obra-base citada. O livro utilizado organiza os conteúdos em perspectiva integradora (piagetiana e sociocultural), e a alternativa “B” reproduz exatamente essa sistematização (COLL; PALÁCIOS; MARCHESI, 1995, p. 153). Não há mistura indevida

de estágios, mas síntese didática conforme a literatura adotada. A divergência apontada decorre de interpretação isolada de autores clássicos, enquanto a questão fundamenta-se em obra contemporânea de sistematização do desenvolvimento. Dessa forma, não há erro conceitual nem ambiguidade que justifique anulação.

Fonte: COLL, C., PALÁCIOS, J., MARCHESI, A. (orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva. Vol. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1970. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 28

O recurso é procedente e o gabarito deverá ser alterado de “A” para “C”

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 28, alterando o gabarito de “A” para “C”.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois apenas as proposições II, III e IV estão corretas, conforme segue a justificativa abaixo:

A proposição I: É indicado que as perguntas feitas pelo psicólogo sejam fechadas para não interferirem no curso da memória, de modo a não distorcer o conteúdo produzindo falsas memórias. **Incorreta:** As intervenções verbais do profissional devem ser sempre muito claras, cuidadosas e respeitantes do ritmo do avaliando, para que não pareçam invasivas e insuportáveis a ele. Esse cuidado é necessário também para que as intervenções do profissional não interfiram no curso da memória e do pensamento da criança ou do jovem, de modo que não distorçam o conteúdo explorado através da produção de falsas memórias. Quando necessárias intervenções do profissional, Furniss (1993) sugere que as perguntas realizadas sejam abertas, não sugestivas e utilizem os termos empregados pelo avaliando, favorecendo a expressão de experiências mais realísticas. (BORSA & CALDAS, 2017, p.280).

A proposição II: BORSA & CALDAS, 2017, p.278 afirmam que uma das principais dificuldades na identificação do abuso sexual é que a maioria dos casos não envolve violência física evidente nem lesões detectáveis ao exame físico, tornando o abuso muitas vezes indetectável por meio exclusivamente médico. A proposição está **correta**.

A proposição III: As autoras enfatizam, na página 279, a importância do enquadre inicial, com linguagem acessível e adequada à faixa etária, explicando o motivo dos encontros, procedimentos e limites do sigilo, especialmente no que diz respeito à proteção da criança ou adolescente. A afirmativa reproduz fielmente essas orientações técnicas, portanto, **correta**.

A proposição IV: Conforme discutido na página 284, embora as técnicas gráficas e projetivas recebam críticas quanto à objetividade, a literatura aponta resultados favoráveis em sua utilização em casos de abuso sexual, especialmente por auxiliarem na recuperação de lembranças relevantes e na avaliação global das angústias da criança, além de contribuírem na identificação de maus-tratos. A afirmativa está em consonância com o texto da obra, portanto, **correta**.

A proposição V: A obra esclarece que crianças mais novas tendem a apresentar linguagem verbal mais pobre, fragmentada e com menor detalhamento, muitas vezes tendo mais facilidade para mostrar do que contar o ocorrido (BORSA & CALDAS, 2017, p. 280). **Incorreta.** A afirmativa inverte o conteúdo ao atribuir tais características às crianças mais velhas e ao indicar a necessidade de perguntas indiretas, quando o

texto aponta que, nesses casos, podem ser necessárias perguntas diretas como meio de aproximação da realidade.

Fonte: BORSA, Callegaro Juliane, CALDAS, Manuela Ramos (Organizadoras). Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Coleção Avaliação Psicológica)

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base na obra ARZENO, Maria Esther García. Psicodiagnóstico Clínico, especialmente no capítulo que trata da entrevista de devolução (pp. 15–16).

Conforme a autora, a entrevista de devolução **não deve assumir caráter meramente expositivo**, tampouco unilateral. Arzeno (p. 15–16) enfatiza que se trata de um **processo interativo**, no qual as reações do consultante são clinicamente significativas e podem contribuir para confirmar, ampliar ou até reformular hipóteses diagnósticas. A devolução constitui momento técnico integrante do processo psicodiagnóstico, e não simples comunicação formal de resultados. No que se refere à alternativa C, Arzeno (p. 15) é clara ao afirmar que **nem todo o conteúdo produzido no processo psicodiagnóstico deve ser comunicado ao paciente**, sobretudo quando determinadas interpretações possam desorganizar ou não apresentar utilidade clínica imediata. A devolução deve ser conduzida com critério técnico e responsabilidade clínica, o que exclui a transmissão integral do laudo. A argumentação do recurso sustenta que “todo o conteúdo” poderia ser interpretado como “conteúdo relevante e comunicável”. Entretanto, essa interpretação altera o sentido literal da alternativa. A expressão empregada na questão é inequívoca ao indicar totalidade do conteúdo do laudo, o que não encontra respaldo na obra de referência. A formulação não trata de comunicação ética dos resultados pertinentes, mas da transmissão integral do documento técnico, hipótese expressamente rejeitada pela autora. Ademais, a alternativa “D” também se mostra incorreta, pois Arzeno (p. 16) destaca que a devolução deve ser adaptada à estrutura psíquica e às condições emocionais do consultante, não podendo ser padronizada. Dessa forma, não há ambiguidade nem dupla alternativa defensável à luz da obra utilizada como referência. A alternativa “B” é a única que corresponde fielmente ao posicionamento técnico da autora.

Fonte: CORDIOLI, Aristides Volpato; GREVET, Eugenio Horacio (org.). Psicoterapias: abordagens atuais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois o enunciado foi elaborado com base no artigo “Conceitos básicos da epistemologia genética de Jean Piaget: o estudante como foco da ação docente” (p. 6), que define explicitamente como esquemas as “estruturas mentais (intelectuais), padrão de pensamento ou comportamento por meio das quais os sujeitos se adaptam e organizam o meio”, destacando que são construídos pela ação, modificam-se continuamente pela interação e permitem assimilação e organização da experiência.

Na epistemologia genética de Piaget, os esquemas constituem organizações funcionais da ação que estruturam a adaptação cognitiva (PIAGET, Seis Estudos de Psicologia, 1970, PIAGET, a formação do símbolo na criança, 1975). São estruturas dinâmicas, não fixas, que se transformam progressivamente.

As operações, por sua vez, correspondem a formas específicas e mais complexas de organização cognitiva, caracterizadas pela reversibilidade e próprias dos estágios operatórios, não sendo o conceito abrangente descrito no enunciado. O conjunto de características apresentado na questão, construção pela ação, assimilação, organização ativa da experiência e modificação contínua, corresponde de maneira direta e inequívoca ao conceito de esquemas.

Dessa forma, não há imprecisão conceitual nem possibilidade de dupla interpretação tecnicamente sustentável.

Fonte: PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1970. LEPRE, Rita Melissa. Conceitos básicos da epistemologia genética de Jean Piaget: o estudante como foco da ação docente. Quaestio – Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v.27, 2025.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

309 – PSICOPEDAGOGO

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois o referencial utilizado para elaborar a questão foi a obra: “Técnicas Projetivas Psicopedagógicas e pautas gráficas para sua interpretação. E a alternativa “D” versa sobre questões ligadas ao pensamento e à linguagem.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 22

O recurso é improcedente, pois de acordo com o subitem 10.9, do Capítulo X (Dos Recursos), “**Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 10.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 10.9.2. Fora do prazo estabelecido; 10.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; 10.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 10.9.5. Contra terceiros; e 10.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 10.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 10.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois na teoria dos três D de Pichon-Rivière, o termo que designa o sujeito ou grupo que realiza a projeção é o depositante, e não o depositário, conforme: PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. A alternativa “D” descreve o elemento que recebe a projeção, não se adequando ao comando do item, inexistindo ambiguidade conceitual que justifique alteração do gabarito.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois o medo à revelia é um conceito inventado que não faz parte do campo lexical criado por Pichon-Rivière.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 28

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 28, anulando-a.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a definição apresentada na alternativa “A” não corresponde à Epistemologia Convergente de Jorge Visca, a qual integra dimensões cognitivas, afetivas e sociais na compreensão dos sintomas de aprendizagem, não se restringindo à busca de origem neurológica nem à utilização exclusiva de testes de desempenho. A descrição constante na alternativa aproxima-se de modelo neurofuncional ou psicométrico.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 32

O recurso é improcedente, pois a questão indaga sobre qual técnica projetiva pode ser utilizada pelo psicopedagogo. No caso, o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister é uma técnica projetiva, mas só pode ser utilizado por psicólogos. O Spam de números é um teste padronizado e Apercepção Temática para Crianças (CAT) são testes padronizados que só podem ser utilizados por psicólogos e neuropsicólogos. Já A hora do jogo é uma das técnicas projetivas que pode ser utilizada pelos psicopedagogos. O critério era: ser uma técnica projetiva e poder ser utilizada pelo psicopedagogo.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

311 – TERAPEUTA OCUPACIONAL

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois o conteúdo programático ao qual a questão se refere é “a importância do terapeuta ocupacional na equipe interdisciplinar”, e não o conceito de Clínica Ampliada, conforme alegado pelo candidato.

De acordo com a obra “Terapia Ocupacional”, de Willard & Spackman, referência bibliográfica do certame, a atuação em equipe interdisciplinar caracteriza-se pela realização de avaliações específicas por cada profissional, com compartilhamento dos resultados, visando à construção de um programa de tratamento integrado e coordenado, com responsabilidade compartilhada entre os membros da equipe.

Conforme descrito na questão, o terapeuta ocupacional realiza a **análise do impacto da amputação sobre o desempenho ocupacional**, caracterizando avaliação própria de sua área, e **compartilha essas informações e estratégias terapêuticas com os demais profissionais**, contribuindo para a elaboração de um plano terapêutico orientado por objetivos comuns, conforme preconiza o modelo interdisciplinar.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social